

DESLOCAMENTO, IDENTIDADE, CULTURA E MEMÓRIA EM *UM CORPO*

NEGRO, DE LUBI PRATES

DISPLACEMENT, IDENTITY, CULTURE AND MEMORY IN UM CORPO NEGRO,

BY LUBI PRATES

Thalita Gonçalves Francisco¹

RESUMO: O presente artigo constitui uma análise do livro *Um Corpo Negro* (2018), de Lubi Prates, observando a presença e a manifestação dos processos de deslocamento, especificamente os movimentos diaspóricos, na construção da identidade de mulheres e homens negros, além das adaptações culturais e alguns aspectos mnemônicos. Este estudo pretende propor uma breve análise dos poemas dispostos ao longo da obra, os quais traduzem as condições e sofrimentos do povo negro desde o tráfico negreiro e a escravidão até os dias atuais.

Palavras-chave: corpo negro; deslocamento; identidade.

ABSTRACT: This article is an analysis of the book *Um Corpo Negro* (2018), by Lubi Prates, observing the presence and manifestation of displacement processes, specifically diasporic movements, in the construction of the identity of black women and men, in addition to cultural adaptations and some mnemonics aspects. This study intends to propose a brief analysis of the poems available throughout the novel, which reflect the conditions and sufferings of black people from the slave trade and slavery to the present day.

Keywords: black body; displacement; identity.

1. INTRODUÇÃO

O livro *Um Corpo Negro* (2018), da autora paulistana Lubi Prates, reúne vários poemas que trabalham com as temáticas da negritude, da construção da identidade da

¹ Mestranda, UFPR.

mulher e do homem negro, do tráfico negreiro e suas implicações, da escravidão e do negro enquanto sujeito de uma sociedade que é estruturalmente organizada para excluí-lo. O objetivo do presente trabalho é analisar a maneira como os processos de deslocamento, e mais especificamente os movimentos diaspóricos, estão relacionados com a identidade do negro e alguns aspectos culturais e mnemônicos, além de investigar como tudo isso é representado em alguns poemas da autora.

Antes de iniciar a análise do livro é necessário apresentar alguns dados sobre o processo de escravidão no Brasil. Em seu artigo “África durante o comércio negreiro”, publicado no livro *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (2018), organizado por Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, Roquinaldo Ferreira apresenta alguns dados importantes para que possamos compreender as dimensões do tráfico negreiro. Afirma, também que “Desde tempos imemoriais, muitos africanos foram vitimados por fluxos migratórios compulsórios que conectaram a África com diversas partes do mundo — o Oriente Médio, o Mediterrâneo e o oceano Índico. No entanto, nenhum teve um custo humano tão alto quanto o tráfico atlântico, que vitimou cerca de 12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX, e disseminou violência e escravização” (FERREIRA, 2018, p. 51).

Segundo Jaime Rodrigues, em seu artigo “Navio Negreiro” (2018), o território brasileiro foi a parte do continente americano que recebeu o maior número de africanos a serem escravizados por um período de aproximadamente três séculos de atividades negreiras transatlânticas. E aqui devemos destacar que, para os escravizados, a travessia do Atlântico representou “desterro, separação da família, da comunidade, da língua, dos hábitos, da religião...” (RODRIGUES, 2018, p. 343). Essas pessoas foram tiradas a força de sua terra de origem, transportadas em condições degradantes em navios negreiros nos quais “[a] alimentação a bordo era escassa, não apenas em razão do mau planejamento das viagens. A quantidade de comida era deliberadamente diminuta, a fim de inviabilizar a resistência dos cativos” (Ibidem, p. 344-345). Vários morriam durante a travessia e tinham seus corpos lançados ao mar.

E, como sabemos, os que aqui chegavam eram obrigados a realizar trabalhos forçados de sol a sol, além de sofrer as mais dolorosas penas. A escravidão foi o retrato vil da desumanização de milhares de pessoas negras.

Natural de São Paulo, Lubi Prates é poeta, tradutora, editora e curadora de literatura, além de pesquisadora do departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP). Publicou *Triz*, em 2016 e *de lá / daqui*, em 2018. *Um Corpo Negro* (2018) é o seu terceiro livro e foi contemplado pelo PROAC (Programa de Ação Cultural) com bolsa de criação e publicação de poesia, além de ter sido finalista do 4º Prêmio Rio de Literatura (2018) e do 61º Prêmio Jabuti (2019). Ao longo das páginas do livro ecoam os sofrimentos das pessoas negras em suas mais variadas formas. O prefácio da obra foi escrito por Lívia Natália, poeta baiana e pós-doutora em Literatura (UnB). Suas palavras nos emocionam em vários momentos, principalmente quando ela chama a nossa atenção para o fato de que “as histórias ali representadas são coletivas e atravessam cada pessoa negra com intensidades, tempos e consequências diferentes” (NATÁLIA, 2018, p. 14), nos permitindo entender que cada um dos textos presentes na obra de Lubi Prates pode ser compreendido como a representação das dores da população negra ao longo do tempo.

2. OS PROCESSOS DE DESLOCAMENTO: DIÁSPORA, DESTERRITORIALIZAÇÃO E OS INDIVÍDUOS ESCRAVIZADOS

Selecionamos alguns poemas do livro para que possamos avaliar como as noções de deslocamento, identidade, cultura e memória atravessam as vidas das pessoas negras. Para iniciar a análise é importante elucidar o conceito de diáspora. Aimée G. Bolaños, no *Dicionário das Mobilidades Culturais* (2010), nos explica que o conceito de diáspora atualmente é objeto de estudo das ciências sociais e está vinculado à noção de identidade. Segundo ela, “a palavra diáspora vem-nos da cultura grega (dia, através; *speirein*, espalhar), com os significados de dispersar ou semear”

(BOLAÑOS, 2010, p. 167). O significado dessa expressão se modificou com os estudos da geopolítica e passou a abarcar outras noções. É um termo empregado para fazer referência ao êxodo do povo judeu e à imigração dos povos africanos por fins escravagistas. A diáspora, assim como o exílio, por exemplo, é uma categoria de deslocamento humano. A autora afirma que:

Em nossas formações culturais, menção especial merecem as comunidades afro-americanas, a partir do tráfico negreiro, nas quais está muito presente a imagem babilônica maldita, Ocidente ou América símbolos de alienação histórica pela característica violenta da escravidão, assim como uma terra-mãe intemporal, unida ao sonho do regresso, tão patente no imaginário compensatório da marginalização e da violência social dos novos lares. (BOLAÑOS, 2010, p. 168).

A pesquisadora chama a nossa atenção para o destino dos africanos após a travessia do Atlântico, mencionando a violência e os maus tratos sofridos nas regiões de destino, ou seja, é importante perceber que além do significado e da aplicação da palavra “diáspora” para se referir à imigração de povos africanos, ela reflete a continuidade do padecimento nos novos “lares”.

A escravidão foi um sofrimento contínuo: a remoção de sua terra, a separação da família, o traslado nos navios em péssimas condições e a rotina de trabalhos forçados, além dos inúmeros castigos físicos e abusos. Imaginamos que ela possa ser comparada a um tipo de pesadelo constante ou mesmo a uma morte em vida para cada uma daquelas pessoas. Tais indivíduos perdiam a liberdade e o controle sobre seus próprios corpos, que passavam a ser propriedade de seus senhores. Como afirma a estudiosa Adriana Devulsky, em sociedades escravagistas se atribuía “a negros o mesmo status social das carruagens e dos cavalos” (DEVULSKY, 2021, p. 158), reforçando a situação de desumanização vivenciada por esses indivíduos.

No poema que inicia o livro, “mátria e/ou terra-mãe”, estão presentes simultaneamente as noções de deslocamento, diáspora e desterritorialização, como podemos notar no seguinte trecho:

repetem, repetem
mátria
com tanta certeza

(...) mas não é mãe
se permite
que te arranquem
o solo e os pés
no mesmo instante

não é mãe
se inventa um navio
quando te jogam
ao mar
se força as ondas
pra que chegue
mais rápido
ao desconhecido... (PRATES, 2018, p. 19).

Ao longo do texto, o eu lírico descreve seu incômodo com a palavra mátria, com o seu conceito e utilização, demonstrando sua tristeza e revolta em ser tirado de sua terra e enviado contra a vontade para outro lugar. Tanto a ideia de deslocamento quanto a de diáspora são representadas, já que o texto mostra a situação de um indivíduo em locomoção, privado de sua liberdade e destinado a exercer trabalhos forçados em uma região desconhecida. Os processos de escravização envolviam justamente o transporte de grandes contingentes de pessoas, retiradas a força de seu local de origem. O clamor do eu lírico é a representação das vozes de milhões de indivíduos.

Nos versos em que se diz “que te arranquem o solo e os pés” (PRATES, 2018, p. 19) podemos apreender a ideia de desterritorialização, visto que representa um processo de perda ou passagem no qual um território é deixado para trás, conceito analisado com profundidade por Rogério Haesbaert no livro *O Mito da Desterritorialização, do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade* (2004). O autor se refere a Gilles Deleuze e Félix Guattari ao refletir sobre o surgimento dessa expressão e afirma que, mesmo não sabendo ao certo quem criou esse termo, “é fato que a maior

ênfase ao território como processo, como permanente 'tornar-se' e desfazer-se, foi dada por eles" (HAESBAERT, 2004, p. 100).

Em seu artigo “Da desterritorialização à multiterritorialidade” (2005) o autor dá continuidade aos estudos e explica que, antes de elucidar o conceito de multiterritorialidade, é necessário definir o que é território. Para ele, território está relacionado com as noções de poder, dominação e propriedade:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo — especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. (HAESBAERT, 2005, p. 01).

É interessante perceber que quando se trata do indivíduo tirado de sua terra, o escravizado, a noção de território perde o sentido relacionado à terra como espaço ocupado e passa a representar o terror e o medo. Quando chegavam aos seus destinos, os povos escravizados passavam a ocupar um território desconhecido, no qual os detentores de poder eram os senhores de engenho ou senhores de escravos, por exemplo. Os indivíduos acabavam perdendo a possibilidade de tomar decisões sobre suas vidas e até mesmo sobre seus corpos. No poema “bem-vindo a este mapa”, a noção de território assume um significado ligado ao corpo:

bem-vindo a este mapa
de um território sem fronteiras.

bem-vindo a este mapa
de um continente
que se ergue
em corpos negros.

bem-vindo a este mapa:

onde há um conflito ardendo
em linhas
riscadas nas minhas costas.

onde há idiomas diversos
esquecidos na memória
da minha garganta. (PRATES, 2018, p. 39-40).

O corpo negro é representado como um território desprovido de fronteiras, no sentido de que não havia respeito com a individualidade, considerando as violações de toda ordem sofridas pelos negros escravizados. Os versos que dizem “onde há um conflito ardendo em linhas riscadas nas minhas costas” (PRATES, 2018, p. 39) exemplificam a violência empregada contra tais pessoas, que eram tratadas de maneira desumana, as linhas riscadas nas costas referem-se às cicatrizes e ferimentos ocasionados por chibatadas. O poema “pele que habito” também apresenta o corpo como território, mas nesse caso é como se o corpo representasse o único lugar onde o negro pudesse habitar, visto que estava “alijado de sua terra” (HAESBAERT, 2005, p. 1) de origem:

minha pele é meu quarto.
minha pele é todos os cômodos
onde me alimento onde deito finjo
o mínimo conforto.

minha pele é minha casa
com as paredes descobertas
uma falta de cuidado
: necessita sempre mais
para ser casa.

Minha pele não é um estado
Desgovernado.

Minha pele é um país
(...) embora eu sequer caminhe sobre seu território
embora eu não domine a sua linguagem. (PRATES, 2018, p. 41).

Haesbaert (2005) se refere ao território como um espaço onde se exerce dominação e, no poema acima, ela é exercida sobre um território representado pelos corpos negros. No poema “meu corpo é meu lugar de fala” temos uma espécie de

reiteração de algumas noções presentes no texto analisado acima. O corpo é o lugar habitado pelo negro, através do qual ele se expressa, nem sempre com palavras, pois como aparece na segunda estrofe, a voz é “apenas um resto arranhando a garganta” (PRATES, 2018, p. 52). Esse corpo é apresentado da seguinte forma:

(...) meu corpo é
meu território:

um caminho
sempre
insuficiente

construído
a partir de
escombros

moldado por
violências

tantas vezes invadido. (PRATES, 2018, p. 53).

O eu lírico do poema afirma repetidas vezes “meu corpo é meu território”, do que podemos perceber que o corpo é o espaço que ocupa, mas ao mesmo tempo é como se não lhe pertencesse, pois é desrespeitado, violentado e inúmeras vezes invadido. Na sequência do poema podemos notar que esse corpo negro, que numa análise mais profunda representa a imensidão de indivíduos escravizados, guarda o registro de trechos de sua trajetória. Não apenas as marcas da passagem do tempo, mas da vida sofrida e as marcas da violência que falam por si sós:

meu corpo
eu nomearia
território

se pudesse
inventar
um idioma
próprio.

meu corpo
conta
por si só
histórias
além de mim. (PRATES, 2018, p. 53).

3. AS MULHERES NEGRAS

Quando falamos em indivíduos negros escravizados, é importante pontuar que homens e mulheres não configuram uma categoria única, pois no sistema de trabalho escravo as condições e experiências vivenciadas pelos diferentes sexos eram muito diversas. Em seu livro *Mulheres, Raça e Classe* (2016), a filósofa, professora e ativista negra Angela Davis apresenta uma análise apurada do processo de escravidão nos Estados Unidos com foco para as mulheres negras. Segundo ela, o sistema escravista definia as pessoas negras como sua propriedade. A estudiosa afirma que homens e mulheres, meninos e meninas trabalhavam na lavoura sob a condição de demonstrar sua força e produtividade, “mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas” (DAVIS, 2016, p. 19). Além do trabalho braçal nas lavouras colhendo algodão, tabaco ou cortando cana, ou mesmo o trabalho doméstico, a autora acrescenta que as mulheres negras escravizadas também eram vistas por seus proprietários como meros “instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava (...) ‘reprodutoras’ — animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar” (Ibidem, p. 19). Davis ainda destaca que, mesmo durante a gestação, tais mulheres tinham a obrigação de realizar o trabalho agrícola como também estavam sujeitas às chicotadas que os outros trabalhadores e trabalhadoras que não estavam na mesma condição recebiam. Segundo ela: “Nas lavouras e fazendas onde as grávidas eram tratadas com mais indulgência, isso raramente se devia a razões humanitárias. Simplesmente, os

proprietários valorizavam uma criança escrava nascida com vida do mesmo modo que valorizavam bezerros ou potros recém-nascidos” (DAVIS, 2016, p. 22).

Sabemos que existem diversas diferenças nos processos de escravização do povo negro em diferentes países e mesmo de região para região, no entanto é de conhecimento geral que o tratamento violento e os abusos sofridos por mulheres negras escravas também ocorreram no Brasil. No livro *Brasil: uma biografia* (2018), encontramos as seguintes informações sobre o sistema escravocrata brasileiro: a “baixa fecundidade e a alta mortalidade infantil desaconselhavam a ‘criação de escravos’ como ocorria nos EUA” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 90). No entanto, além de realizarem trabalhos semelhantes aos homens nas lavouras, as mulheres negras serviam “como instrumento de prazer, gozo e culpa no caso dos proprietários” (Ibidem, p. 93).

Segundo Adriana Devulsky, a miscigenação no Brasil pode ser considerada como um “processo contraditório, violento e injusto” (DEVULSKY, 2021, p. 129). No entanto, a miscigenação do povo brasileiro ainda é muito romantizada, como se a mistura de raças fosse fruto do amor entre indivíduos diversos, mas o fato é que tudo isso se deu de maneira violenta, inúmeras mulheres indígenas e negras foram abusadas sexualmente por europeus e, durante o período de escravidão no Brasil, as mulheres negras eram sistematicamente violentadas por seus senhores, muitas vezes gerando filhos bastardos.

Sobre a representação dos sofrimentos das mulheres negras, iniciaremos com o poema “e ainda que”. O eu lírico feminino demonstra sua inquietação com o fato de que, independente do que pudesse trazer para comprovar a sua existência como indivíduo — documentos, diplomas — nada valeria, pois estaria fadado ao esvaziamento de sua humanidade:

e ainda que
eu trouxesse

para este país
meus documentos
meu diploma
todos os livros que li
meus aparelhos eletrônicos ou
minhas melhores calcinhas

só veriam
meu corpo

um corpo
negro. (PRATES, 2018, p. 29)

O poema “ser mulher é uma bênção” talvez possa ser considerado como um dos mais chocantes com relação à condição aviltante das mulheres negras:

ser mulher é uma bênção
ser mulher é poder gerar & poder parir (...)

ser mulher é ser loira, olhos claros, nunca descabelar-se (...)

ser mulher é uma bênção
e desde a Bíblia é ser apedrejada e queimada morta
uma contradição

eu descobri agora que
não sou mulher

sou negra, sou apenas uma negra... (PRATES, 2018, p. 55-56).

E voltando ao poema “bem-vindo a este mapa”, temos o corpo negro feminino representado como território desprovido de fronteiras, marginalizado e atingido muitas vezes por violências, com “linhas marcadas nas costas”, preso por correntes, mas que guarda um vestígio de esperança:

bem-vindo a este mapa:

onde guardo
no meu ventre
uma revolução. (PRATES, 2018, p. 40).

4. O GENOCÍDIO E A RECLUSÃO DO POVO NEGRO BRASILEIRO

Como afirma o cantor e compositor Emicida nos versos de sua canção “Ismália” (2019), “existe pele alva e pele alvo”, fazendo referência ao genocídio e à reclusão do povo negro, em especial jovens e homens. Em matéria publicada no G1 em outubro de 2020 sobre a proporção de negros nas prisões brasileiras, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, “dos 657,8 mil presos em que há a informação da cor/raça disponível, 438,7 mil são negros (ou 66,7%)” (ACAYABA; REIS, 2020). Em 2005, a mesma pesquisa mostrava um total de 154,417 mil presos, dos quais 58,4% eram negros, ou seja, além dos números da população carcerária brasileira terem apresentado um aumento significativo, a maior parte dessas pessoas são negras.

No poema “perdi seu corpo negro”, a autora nos mostra o reflexo da realidade atual do negro na sociedade brasileira, na qual boa parte ocupa os espaços periféricos e posições de pouco prestígio, além de ser vista com maus olhos e sofrer com a desconfiança e violência do Estado representado pela polícia:

perdi seu corpo negro
perdi seu corpo negro
na cidade

durante aquela primavera
que tivemos.

perdi seu corpo negro
na cidade

e só descobri
pelos noticiários

sobre seu corpo negro
atingido por balas de borracha

sobre seu corpo negro

detido porque tinha
uma garrafa de desinfetante
na mochila

sobre seu corpo negro
sempre no limite entre
a vida e a morte.

perdi seu corpo negro
na cidade

e seu corpo negro
poderia ser meu corpo

negro. (PRATES, 2018, p. 63-64).

Refletindo sobre esse poema de Lubi Prates e a situação do povo negro ao longo do tempo, desde o período do tráfico negreiro e da escravidão até os dias atuais, percebemos que ocorreram algumas substituições: a senzala pela periferia, a desumanização pela desconfiança, o preconceito e o racismo, os grilhões pelas algemas, as chibatadas pelas balas de borracha, dentre outras formas de violência física e psicológica, declaradas ou veladas. A formação das identidades é constituída por fatores plurais, como sexo, gênero, classe social e etnia, por exemplo, mas no caso do povo negro, alguns aspectos se repetem considerando as noções de interseccionalidade. E aqui nos perguntamos: quais seriam as dimensões da inferiorização, do racismo, da violência gratuita, da servidão e do preterimento na constituição de um indivíduo?

A professora e pesquisadora da área do Direito Adriana Devulski, em seu livro *Colorismo* (2021), afirma que a polícia faz uma identificação quase espontânea para definir brancos e negros no registro de um boletim de ocorrência, por exemplo. Segundo ela:

a polícia se utiliza dessa experiência melhor do que ninguém para colocar um alvo na testa da juventude negra, para qual as regras e as leis são curvadas em prol da “celeridade da investigação”, cujo fim pode ser a execução, reitera-se, em absoluta ilegalidade. O policial, ao abordar uma negra ou um negro na rua, “nunca

se engana, sejam eles mais claros ou escuros” (...) Portanto, os engenhos do colorismo não colocam a salvo os meninos da periferia perseguidos, torturados pela polícia, quando estes não terminam mortos em execuções ilegais e profundamente imorais. A polícia militarizada do Brasil não poderia ser uma instituição ao abrigo do racismo; ao contrário, ela é um dos vetores mais mortais da sua reprodução nas ruas. (DEVULSKY, 2021, p. 130-132).

Diante de tamanha brutalidade e injustiça baseada na tonalidade da pele, a autora acrescenta que ser negro é resistir às opressões, independentemente de qualquer escolha ideológica e que, mesmo considerando as variações no gradiente da pele entre negros de pele clara e negros retintos, o racismo e as diferentes violências atingem a todos.

Aprofundando a análise, faz-se necessário contemplar a contribuição significativa do filósofo, historiador e teórico político camaronês Achille Mbembe sobre a atuação dos estados e a definição de quem deve viver ou não, em seu livro *Necropolítica* (2018). O autor faz menção ao biopoder que, de acordo com o que entende Michel Foucault, se traduz no “domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle” (MBEMBE, 2018, p. 05-06), e aos estados de exceção em que se permite tirar a vida de determinados indivíduos ou grupos, como as mortes de combatentes durante as guerras, o extermínio de judeus em campos de concentração no holocausto ou mesmo a morte de inúmeros negros durante a escravidão. Segundo ele:

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O curso violento da vida de escravo se manifesta pela disposição de seu capataz em se comportar de forma cruel [...] Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que seja possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu senhor. (MBEMBE, 2018, p. 28-29).

Trazendo para a atualidade brasileira, os estudos do filósofo camaronês corroboram com as análises sociais realizadas pela estudiosa Adriana Devulsky,

anteriormente citada, no que tange à atuação da polícia militarizada agindo como vetor mortal reprodutor do racismo, colocando o “perfil negro como alvo preferencial” (DEVULSKY, 2021, p. 132). É importante ainda citar que a autora chama a atenção para “[a] inegável convivência dos governos na perpetuação desse estado de coisas, [que] aliás, indica que o estado brasileiro ainda preserva na sua estrutura uma concepção de aparelho de guerra contra seus próprios cidadãos, um exército instrumentalizado para guardar a ordem racial por meio da força marcial de exceção diária” (Ibidem, p. 132).

Retornando ao poema “perdi seu corpo negro”, podemos ainda fazer referência ao caso Rafael Braga, que ficou conhecido por ser o único condenado à prisão durante as manifestações em 2013. Em matéria disponível na página da *web Conjur*, encontramos a informação de que “ele foi detido no Rio de Janeiro com uma garrafa do produto de limpeza Pinho Sol e outra de água sanitária — que, segundo a acusação, poderiam ser utilizados para agredir policiais em coquetéis molotov” (LUCHETE, 2021). Muitos alegaram que o rapaz foi detido injustamente por ser negro. A relação com o poema se encontra nos versos em que se diz:

sobre seu corpo negro
detido porque tinha
uma garrafa de desinfetante
na mochila

sobre seu corpo negro
sempre no limite entre
a vida e a morte. (PRATES, 2018, p. 63-64).

5. O DESLOCAMENTO E ALGUNS ASPECTOS CULTURAIS E MNEMÔNICOS DO POVO NEGRO BRASILEIRO

Por fim, é necessário destacar as relações que o deslocamento, em especial aquele manifestado nos movimentos diaspóricos, estabelece com os aspectos culturais

e mnemônicos dos sujeitos de origem africana. Elena Palmero González, no verbete “Deslocamento/desplacamento”, também contido no *Dicionário das Mobilidades Culturais* (2010), explica que “[e]ntendido como vivência e prática dos sujeitos, o deslocamento é um conceito fundamental nos estudos sobre imaginário e memória cultural.” (GONZÁLEZ, 2010, p. 109). Dessa forma, é importante ressaltar que os negros escravizados foram forçados a compreender e aprender a língua dos colonizadores, além de sua religião e costumes, embora, originalmente, já possuíssem esses elementos em sua cultura. Tais situações, que implicam nesse deslocamento se analisarmos os negros que vieram para o Brasil, deram origem a diferentes manifestações como o sincretismo religioso (uma mistura das religiões de matriz africana com o catolicismo imposto no país), a capoeira (uma mescla de luta e dança) e, de maneira geral, uma adaptação da cultura africana.

Elena Palmero González (2010), em seus estudos sobre o deslocamento, acrescenta que:

Esta ideia de cultura baseada no deslocamento tem correspondência com a noção de identidade também vista na órbita da mobilidade. Para J. Clifford, a identidade não se refere somente a um local; está necessariamente relacionada ao deslocamento e à relocalização, por isso não é única, mas plural e multifacetada [...]. Estudar hoje identidades significa colocarmo-nos na perspectiva de que não existem culturas ou tradições contínuas; por todas as partes os indivíduos e os grupos improvisam realizações locais a partir de passados recalecionados, recorrendo a meios, a símbolos e a linguagens estrangeiros. (GONZÁLEZ, 2010, p. 111).

Em seus poemas, Lubi Prates (2018) representa a noção de identidade do negro em íntima conexão com os processos de deslocamento. O indivíduo tirado de seu local de origem mantém em sua memória os aspectos culturais aprendidos, como sua língua e símbolos religiosos. O poema “para este país” exemplifica isso:

para este país
eu trouxe

a cor da minha pele
meu cabelo crespo
meu idioma materno
minhas comidas preferidas
na memória da minha língua

para este país
eu trouxe

meus orixás
sobre a minha cabeça
toda a minha árvore genealógica
antepassados, as raízes. (PRATES, 2018, p. 28).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as noções de deslocamento, diáspora e desterritorialidade estão intimamente ligadas e que, na formação da identidade dos indivíduos escravizados no Brasil, unem-se ao processo de adaptação da cultura. Em seu livro *Um Corpo Negro* (2018), Lubi Prates representou de maneira magistral a intersecção de tais noções, especificando e mostrando as consequências devastadoras do tráfico negreiro e da escravidão, bem como a angústia dos indivíduos negros que ainda persiste, assumindo aspectos diversos, porém não menos nocivos, nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. *Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública*. G1, São Paulo, 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BOLAÑOS, Aimée G. Diáspora. In BERND, Zilá (Org). *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010, p. 167-187.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Adriana. *Colorismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

EMICIDA. Ismália. In Emicida. *Amarelo*. São Paulo: Sony Music, Laboratório Fantasma: 2019. Streaming (48:47 min.).

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 51-56.

GONZÁLEZ, Elena Palmero. Deslocamento/desplacamento. In BERND, Zilá (Org). *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010, p. 109-127.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, USP, AGB, p. 6774-6792, 20 a 26 de março de 2005.

LUCHETE, Felipe. *Ministro liberta Rafael Braga e aponta “quadro grotesco de violações a direitos”*. Consultório Jurídico, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-13/ministro-liberta-rafael-braga-aponta-quadro-grotesco-violacoes>. Acesso em: 31 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

NATÁLIA, Livia. Prefácio. In PRATES, Lubi. *Um Corpo Negro*. São Paulo: Nosotros, 2018.

PRATES, Lubi. *Um Corpo Negro*. São Paulo: Nosotros, 2018.

RODRIGUES, Jaime. Navio Nегreiro. In SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 343-348.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Helóisa M. *Brasil: uma biografia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em: 02/08/2021

Aceito em: 30/08/2021